



O sucesso da greve depende da sua participação

Assembléia rejeita nova proposta. **Greve continua**

A assembléia geral da categoria realizada ontem rejeitou a nova proposta da Fenaban e decidiu manter a greve por tempo indeterminado. Por indicação do Comando Nacional, os sindicatos que ainda não aderiram à paralisação fazem assembléias hoje à noite para decretar a greve.

Na sexta rodada de negociação, realizada ontem em São Paulo, a Fena-

ban propôs reajuste salarial de 2,85% (antes era de 2%), o que apenas repõe a inflação, sem um centavo de aumento real. Para a PLR, os bancos propuseram 80% do salário, mais R\$ 823 na parte fixa (a proposta anterior era de R\$ 816) e um adicional de R\$ 750 (antes era R\$ 500) nos bancos que tiveram crescimento de pelo menos 20% (antes era 25%) do lucro líquido.

Nas negociações específicas também realizadas ontem, o BB adiou para sexta-feira a apresentação de proposta sobre PLR, a Caixa propôs pequenas melhorias (insuficientes) e o BRB não quer conceder reajuste nem seguir o acordo da categoria (veja as negociações no site www.bancariosdf.com.br).

“A nova proposta da Fenaban é uma provocação do segmento da eco-

nomia que mais ganha dinheiro no país e por isso é inaceitável”, critica Jacy Afonso, presidente do Sindicato. “A greve continua também porque as negociações não estão avançando no BB, na Caixa e no BRB. É importante que os bancos públicos saibam que não haverá acordo se não houver solução para as questões específicas.”

Cresce adesão à greve

A greve em Brasília nesta terça-feira 3 cresceu ainda mais. Continuou a melhorar a adesão dos prédios do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e o número de agências paradas aumentou tanto nos bancos públicos quanto nos privados – 30 unidades dos bancos privados não funcionaram ontem.

Pelo país, a paralisação ganhou o

reforço dos Estados de Sergipe, Paraíba e Piauí e começa a se estender pelo interior, principalmente em cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Além desses, estão de braços cruzados os bancários da Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Florianópolis.



Assembléia hoje às 17h

No Setor Bancário Sul. Às 15h, haverá reunião do Conselho do Sindicato, formado pela diretoria e pelos delegados sindicais

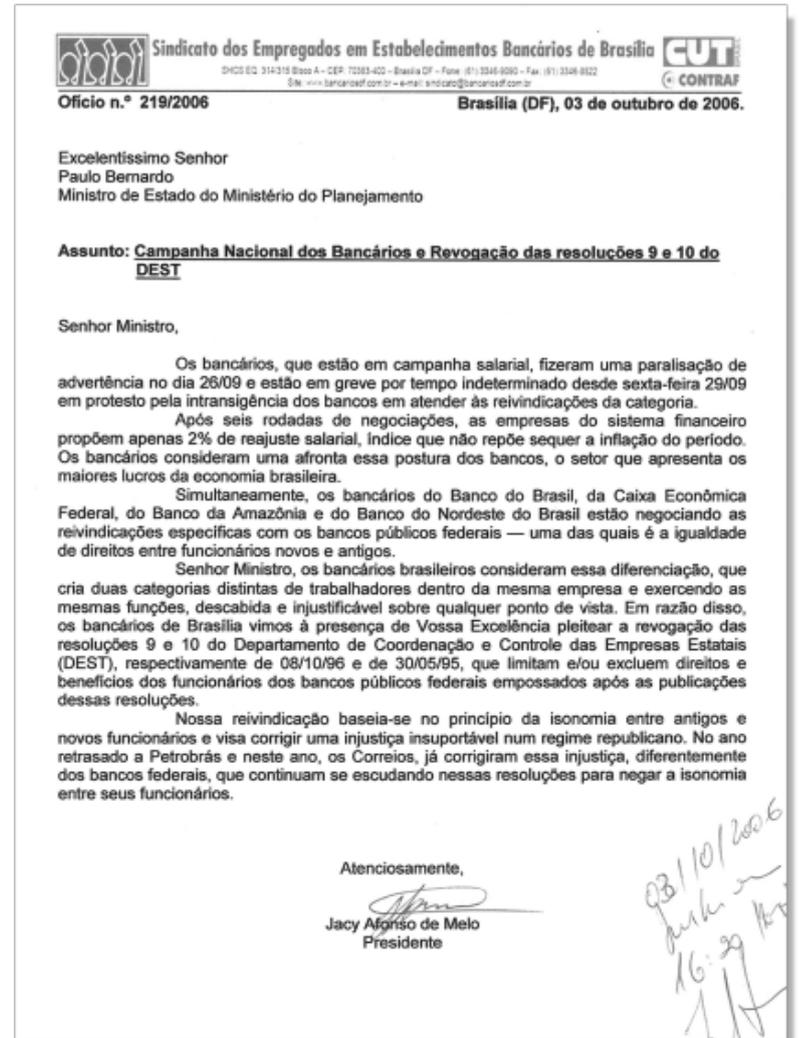
Sindicato pressiona governo por isonomia

O Sindicato exigiu ontem do Ministério do Planejamento a revogação das resoluções 9 e 10 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), que impedem a isonomia nos bancos públicos entre novos e antigos funcionários.

“Os bancários brasileiros consideram essa diferenciação, que cria duas categorias distintas de trabalhadores dentro da mesma empresa e exercendo as mesmas funções, descabida e injustifi-

cável”, afirma trecho do ofício assinado por Jacy Afonso dirigido ao ministro Paulo Bernardo. O ofício foi entregue pela coordenação do Conselho do Sindicato ao chefe de gabinete do ministro, que se comprometeu a dar uma resposta no máximo até amanhã (veja fac-símile ao lado).

A isonomia de direitos entre novos e antigos funcionários dos bancos públicos é uma das principais bandeiras da campanha salarial da categoria.



Greve nas agências se amplia



Por que a unidade é imprescindível

A história de lutas dos trabalhadores, no Brasil e em qualquer parte do mundo, mostra que as conquistas trabalhistas só são possíveis quando marcham unidos. A divisão, ao contrário, só enfraquece os trabalhadores no embate com o patronato.

Os bancários têm uma história de construção da unidade que é hoje um exemplo para os demais trabalhadores brasileiros. Até o início dos anos 80, as campanhas salariais dos bancários

eram feitas por Estado, o que produzia salários diferenciados em cada região. Foi a partir da unificação da data-base, em 1982, que a categoria obteve suas principais conquistas. Hoje é a única categoria com múltiplas empresas com os mesmos direitos e conquistas em todo o território nacional.

Foi com campanhas unificadas que os bancários conquistaram aumento real de salário em 2004 e 2005. Inversamente, em quase todos os

anos em que fizeram campanhas separadas, tanto bancários de bancos privados como de bancos públicos tiveram reajustes abaixo da inflação. Foi o que aconteceu durante os oito anos do governo FHC, quando os trabalhadores do BB e da Caixa tiveram reajuste zero.

“A importância de conquistarmos um contrato coletivo de trabalho que se estenda a todos os bancos, públicos e privados, é que ele valerá para

toda a categoria, independentemente do governo que estiver no poder”, afirma Enilson da Silva, secretário-geral do Sindicato. “Por isso consideramos um avanço o Banco do Brasil e a Caixa sentarem na mesa de negociação da Fenaban e aceitarem o acordo nacional da categoria.”

Esse é um avanço considerável rumo à unificação de todos os trabalhadores do ramo financeiro — antiga bandeira da categoria.